



TURISMO

Luís Correia da Silva

Administrador de empresas

## Dois pesos e duas medidas

**A**plaudo a intervenção da API do dr. Basílio Horta, e a decisão do Governo que viabilizou a construção, em Paços de Ferreira, de uma das maiores unidades fabris do Grupo Ikea, que exportará 90% da respectiva produção anual.

Os autarcas dos municípios preferidos queixam-se agora da desigualdade de tratamento, imputando à CCDR-Norte e ao Governo a responsabilidade de a fábrica vir a ser instalada em terrenos da Reserva Ecológica Natural. Timidamente, alguns ambientalistas de Lisboa, ameaçam levar ao escrutínio de instâncias comunitárias a decisão já tomada, espero eu devidamente estudada e fundamentada.

Estiveram bem Governo, API e o município em rapidamente criarem as condições para que a Ikea se instalasse em Portugal, desejavelmente na localização que lhe interessava, independentemente de algumas even-

tuais condicionantes ambientais identificadas.

É admissível que os benefícios económicos, sociais e mesmo "políticos" de um investimento desta dimensão para o País e para a região, sejam provavelmente muito superiores aos eventuais prejuízos, em termos de território, decorrentes da desafectação de algumas dezenas de hectares da Reserva Ecológica Natural. Estou certo que o grupo Ikea terá também uma agenda ambiental e não deixará de tomar medidas compensatórias, sendo mesmo provável que as espécies e valores ambientais em causa estejam assim mais protegidos e conservados do que como habitualmente deixados ao abandono pelos proprietários dos terrenos e entidades responsáveis.

É importante que exista alguma flexibilidade para decisão em função de interesses maiores para a comunidade e para o País.

Serve esta introdução para de-

monstrar a existência de "dois pesos e duas medidas" para os diversos tipos de projectos de investimento nacional e estrangeiro, mesmo quando são classificados como Projectos PIN.

De facto, se o que estiver em causa for um projecto turístico, as entidades responsáveis encontram sempre os mais variados expedientes para dificultar, protelar ou condicionar as decisões, obrigando os investidores interessados a passar por um calvário de procedimentos e a alterar continuamente os pressupostos e características dos seus projectos, para ir ao encontro de exigências frequentemente inexplicáveis e tecnicamente absurdas.

A ponderação entre as potenciais vantagens económicas e sociais e os eventuais impactos negativos no ordenamento e ambiente raramente é tida em conta para decisão, mesmo quando as utilizações alternativas propostas para o mesmo território

são inconsequentes ou irrelevantes.

Em muitos casos, o resultado é a desistência e o investimento noutros destinos que, por sua vez, são concorrentes de Portugal nos mercados turísticos, com manifesto prejuízo em termos da criação de riqueza, emprego e de competitividade das mesmas regiões de vocação turística. A flexibilidade na apreciação e decisão relevante pelas entidades e pelo Governo no caso Ikea raramente é aplicada no caso dos projectos turísticos. Talvez porque seja mais "nobre" fabricar móveis de contraplacado para exportação do que alojar turistas em hotéis e resorts.

**Nota Final:** A globalização da economia poderá obrigar, daqui a alguns anos, a produção do Ikea a ser deslocalizada para outro qualquer país.

Os hotéis, campos de golfe, marinas, apartamentos turísticos que entretanto serão construídos decerto não serão transferidos de Portugal. ■